

ATA Nº. 09/2018 - Mandato 2017//2021

ATA DA PRIMEIRA E ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE SETEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.-----

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente, na sua primeira e única reunião, a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia:-----

Ponto 1- Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 03/06 e 16/09/2018.-----

Ponto 2 - Apreciação e Votação da Proposta da Atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios de Ílhavo.-----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Fernando Maria Paz Duarte e pelas primeira e segunda secretárias, respetivamente, Fernanda Cravo e Margarida São Marcos.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçóilo e os Vereadores Marcos Ré, Eduardo Conde, Fátima Teles, Sérgio Lopes, Tiago Lourenço e Sara Pinho.-----

FALTAS:-----

Pediu prolongamento de suspensão de mandato por mais 90 dias, a membro Diana Pedreiras, por motivo de maternidade.-----

Apresentaram pedido de justificação e substituição nos termos do artigo 6º. do Regimento, os membros; João Roque e Cláudia Santos, do Grupo Parlamentar do PS, foram substituídos por, Marisa Silva e José Almeida.-----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado a presença dos 25 Membros que o compõem: Fernando Maria Duarte, Fernanda Cravo, Margarida São Marcos, Luís Leitão, António Pinho, Manuel Soares, António Flor Agostinho, João Bernardo, Irene Ribau, Carla Rodrigues, André Guimarães, Ricardo Santos, Pedro Rosa Novo, Pedro Martins, Hugo Coelho, Domingas Loureiro, Carla Madail, Rui Anjo, Marisa Silva, José Almeida, Margarida Alves, João Campolargo, Carlos António Rocha, Augusto Rocha, e Luís Diamantino.-----

Período de intervenção do público, conforme os artigos 44º. e 45º. do Regimento:-----

O Presidente da Mesa abriu as inscrições para as respetivas intervenções na ala do público, tendo-se inscrito o Senhor Leopoldo Oliveira.-----

Leopoldo Oliveira: Começa por informar o estacionamento e abandono de viaturas em mau estado de conservação. Felicita a Câmara pela realização de mais um Festival de Bacalhau que decorreu como é habitual na freguesia da Gafanha da Nazaré. Manifesta a sua preocupação pela ausência de condições nas instalações do Centro de Saúde na Gafanha da Nazaré. Afirma que são deploráveis as condições existentes, acrescentando que é mesmo necessário para além de obras de manutenção, uma ampliação.---

O Presidente da Mesa pergunta ao Presidente da Câmara se quer dar resposta imediata ao munícipe, ao que este diz que sim.-----

Presidente da Câmara: Embora o munícipe não tenha feito qualquer pergunta, informa os trâmites legais para a recolha de viaturas abandonadas. Concorde com o munícipe nas afirmações feitas sobre as instalações do Centro de Saúde, competência do Governo, que não cumpriu até agora as promessas repetidas. Diz também estar convicto que o Governo vai adiar todas as obras da responsabilidade que lhe comete, até ao processo de transferência de competências, o que vai ser uma realidade. -----

Presidente da mesa, anuncia o PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA, colocando imediatamente a votação a ata nº. 8/2018, referente à Sessão do mês de Junho. Foi dispensada a sua leitura porque havia sido enviada para apreciação prévia.-----

Não houve inscrições, colocada a votação foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

Presidente da mesa, abre inscrições para as habituais e **1ªs. Intervenção dos membros:** -----

Ricardo Santos: Inicia comentando os acontecimentos mais notáveis neste período que coincidiu com o Verão, época tradicional de festas e faz perguntas, iniciando pelas ações locais. Qual a opinião que tem o presidente sobre as festas neste período. Qual o balanço que faz sobre o funcionamento da rotunda da Barra e quando o recomeço das obras. Qual o resultado obtido nesta nova linha Ílhavo In. Passa em seguida para nível nacional e pergunta se sabe o ponto de situação das obras de requalificação da Escola Secundária de Ílhavo e que opinião tem sobre a descentralização. -----

Manuel Soares: Diz que o PS constatou que na maré baixa existem fortes indícios de poluição, provocada por algumas indústrias. A Câmara tem feito algumas intervenções, mas é necessário fazer mais. Salienta os mesmos problemas já referenciados no cais dos pescadores na Costa Nova. Refere ainda que a verba que está afecta no Orçamento para as obras de requalificação, face aquilo que é necessários fazer é muito exígua. -----

Domingas Loureiro: Inicia a intervenção referindo o Regulamento de atribuição do bolsas de estudo que a Câmara concede e salienta a sua discordância em relação a alguns artigos que considera injustos.-- Diz não compreender porque não são abrangidos os alunos do ensino secundário. Considera muita injusta a forma de atribuição e entende que o programa deve ter escalões diferenciados em função das condições sócio-económicas do agregado familiar. Discorda também do número fixo de atribuições, tornando as mesmas insuficientes, face ao número de famílias carenciadas que julga existirem no concelho. É ainda contra a discriminação positiva que afeta a atribuição de bolsa a determinadas áreas.--

André Guimarães: Começa por falar na Unidade de Saúde da Gafanha da Nazaré, pedindo ao Governo e à entidade Gestora mais cuidado e atenção para com os cidadãos, nomeadamente da Gafanha da Nazaré, face à situação degradante das condições físicas deste Centro de Atendimento de Saúde, chegando mesmo a atingir falta de higiene, o que levou ao encerramento no dia 20 de junho 2018, desta Unidade. O Sr. Secretario de Estado da Saúde esteve nas instalações no dia 17 de Março deste ano, reconheceu todas as deficiências que se apontam às instalações. Prometeu, não só as devidas reparações mas também a ampliação, como uma situação prioritária e urgente. Decorrido todo este tempo, as promessas não foram cumpridas e a situação está pior o que acha inadmissível. -----

Hugo Coelho: Diz concordar com a afetação de atribuição de bolsas a determinadas áreas, porque elas são escolhidas de acordo com as necessidades e oferta local. -----

Margarida Alves: Afirma ser uma cidadã residente na Gafanha da Nazaré, absolutamente solidária com as declarações do André sobre o estado caótico das instalações do Centro de Saúde nesta freguesia e

sente-se indignada com a falta de cumprimento das promessas decorrido um ano e meio. Afirma-se feliz pela intervenção positiva que a Câmara teve, contribuindo para a obtenção da Medalha de Prata de Mérito Turístico, obtida pela Vista Alegre. -----

António Pinho: Começa por dizer que o Ricardo abordou os temas que tinha anotado. Sobre a descentralização, cita o Ministro Eduardo Cabrita quando refere "...que é como um bolo que é preciso provar...! Será? Aqui está o bolo, é melhor que nada, provem, se não gostarem!| têm este e depois se verá... É uma coisa de que se fala muito, mas, aqueles a que se destina não gostam. O caso dos transportes públicos é gritante! Aparece o presidente da Câmara de Lisboa a anunciar a medida dos passes. É para Lisboa, município e municípios limítrofes, pagamos todos. Estamos no fim da legislatura, aqui está o bolo e nos próximos OE veremos as verbas para sustentá-lo?!!! -----

Presidente da mesa, terminadas as 1as intervenções, dá a palavra ao presidente da Câmara na-----

1ª. Intervenção Presidente da Câmara: Sobre as festas do município diz que, ao longo de todo o ano a Câmara oferece programas culturais, não se verificam só no Verão. Trazemos muito turismo, nacional e internacional, que se desloca face à publicidade de bons programas culturais, (até religiosos, o caso recente da procissão da Senhora dos Navegantes). No que respeita à Rotunda da Barra, o balanço é positivo e as obras recomeçam na próxima semana. Ílhavo In, traremos o balanço no fim do ano. Sobre a escola secundária de Ílhavo a situação é a mesma,, promessas!... Está tudo a aguardar a descentralização, a empurrar com a barriga para a frente, aguardemos. No nosso município os edifícios na área da educação e da saúde reportam valores demasiado elevados, face ao abandono a que estão votados e não podemos aceitar esta situação. Não tenho medo algum da descentralização, que já é um dado adquirido, mas tem de ser bem negociada. Referências sobre, maré baixa e focos de poluição, referiu o membro que a Câmara o que fez não chega, pois muito bem, diga o que deve ser feito, mas, com enquadramento legal. Onde está para si o Ministério do Ambiente? A CMI, não tem competência de fiscalização para os casos mencionados. Acerca do Regulamento de atribuição do bolsas de estudo, devo dizer que, em 2015, o mesmo esteve a consulta publica e não foi recebida uma única sugestão ou reclamação, foi aprovado por unanimidade dos votos por todos os grupos, isto recentemente como disse, estes instrumentos levam todo um imenso tempo e trabalho a proceder a novas aprovações, para além dos custos, não só com pessoal. Estou de acordo com a intervenção do membro André que entre outras coisas falou na medalha de prata atribuída ao Museu da Vista Alegre, aproveito para pedir que todos votem no prémio da UE que está a concurso, Régio Stars. Subscrive as declarações do membro António Pinho. -----

Presidente da mesa, abre inscrições para as 2ªs. intervenções dos membros; -----

Ricardo Santos: Esclarece que quando referiu festas não lhe atribuiu qualquer sentido pejorativo. Também sobre a rotunda da Barra as perguntas não têm esse sentido mas sim o de obter esclarecimentos. O que se diz na imprensa é por vezes confuso, senão, veremos; recentemente faladas e escritas notícias de reconhecimento do trabalho realizado ao nível da educação e logo a seguir noticias demolidoras sobre o inicio do ano escolar!!! -----

Domingas Loureiro: A atribuição de bolsas de estudo deve ser para todos, incluindo alunos do ensino superior, devem ser para quem precisa porque são bolsas sociais. Sé é necessário aprovar novo Regulamento seja, o nosso papel é melhorar o que está mal. -----

Pedro Martins: Informa o membro que vai pedir 2 informações muito breves: Foi à ultima reunião de Câmara uma alteração do prazo no PDM por força de entrada em vigor do programa da Orla Costeira OMG, tinha o mesmo assunto vindo à AMI em Abril, o que causa estranheza, pede esclarecimento. Concorde com a opinião do estado do edifício do Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré, está num

estado deplorável e está de acordo com tudo o que aqui foi referido. Lamenta contudo que nem sempre se dispa a veste partidária. No seu caso não tem problema algum em concordar com os lamentos e reivindicações do PSD. No que à descentralização respeita, opina que não é este o momento de tão importante debate, deverá ter um ponto da OD. Amanhã vão ser debatidos na CIRA, os investimentos no pós, 2020. A nossa Câmara perdeu para a CIRA a competência da visita do ECOMAR, o que se lamenta. Sobre descentralização, ainda bem que o presidente não está preocupado, há autarcas que gostam e outros não. -----

Presidente da Mesa: Informa ter-se esgotado o tempo e pergunta se há alguma proposta no sentido de nos termos do Regimento prolongar por meia hora este período, o que não acontece. Assim, anuncia de imediato o **Ponto 1-** Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 03/06 e 16/09/2018, para o que pede introdução ao.-----

1ª. intervenção do Presidente da Câmara: Salienta a época do Verão em que decorre este relatório de actividade, que se reporta a 3 meses. Sobre o relatório vai manter a habitual disponibilidade para responder às perguntas. -----

Presidente da mesa, abre inscrições para as habituais intervenções dos membros, nestas **1ªs. Intervenções;** -----

Luís Leitão: Inicia, referenciando a passagem desnivelada entre a Barra e Costa Nova e concorda que o trânsito ficou mais fluido. Importante agora, não deixar cair a qualidade do fim da obra. Salienta o anúncio de saneamento para a Gafanha do Carmo e a comemoração do aniversário da freguesia. Afirma que impostos e multas têm um bom desempenho no nosso concelho e impostos indiretos com uma boa cobrança centralizados no IMT. Diz ainda, que tal como estimado pelo PS, era possível reduzir o IMI e ter um bom desempenho em termos de Orçamento. Pergunta se o crescimento do IMT é um sinal de acréscimo empresarial ou uma situação meramente pontual. -----

Pedro Martins: Diz que a Câmara deliberou por maioria, apenas com os votos da posição, conceder a um promotor a possibilidade de pagar taxa de compensação pela operação de loteamento, em espécie, ou seja, em troca da empreitada e entrega à Câmara da operação de requalificação da Avenida Fernão de Magalhães, Praia da Barra. O valor desta empreitada estima-se em 677 mil euros e o valor da taxa de loteamento cifra-se em 630 mil euros que a Câmara abdica em troca da execução da empreitada referida. Esta deliberação, o PS, acha ilegal porque viola o Regulamento de taxas do município, no seu artigo 36º. n. 2. O presidente e vereadores, suportaram-se num parecer jurídico, mas não são os pareceres dos técnicos que deliberam e o princípio da livre concorrência fica prejudicado. -----

Carla Madail: Volta a referir a Lei 27/2016, de 23agosto para fazer algumas perguntas depois da entrada em vigor. Como foi aplicado o dinheiro da 1ª. dotação do Estado no valor de 5 mil euros, para requalificação do Canil. Se a Câmara se candidatou às novas dotações lançadas este ano. Quais as medidas contempladas na Lei que estão a ser aplicadas. -----

Hugo Coelho: Sem partidarizar, a actividade é rica e tem um impacto importante para o Município. O Município tem as maiores e melhores empresas, o sector industrial e empresarial é forte e há condições excelentes de vida. Existem boas infraestruturas, sem ser um Município rico, pode competir oferecendo condições de vida. -----

Margarida Alves: Salienta as bolsas de estágio que a Câmara oferece aos recém licenciados, como uma oportunidade de início de carreira. Ainda o programa de ocupação de tempos livres, extraordinária forma de ocupação de jovens. Vocacionado a outra tipologia de idade, entre outros, o programa Maioridade,

num formato e nome diferentes “Festival dos Cabelos Brancos”. Regozija-se com a troca do que designa amarra PAEL, por empréstimo bancário com vantagens. Realça a candidatura ao programa Ílhavo Inteligente, no âmbito das cidades inteligentes (smart cities). -----

Flor Agostinho: Não pode deixar de referir tudo o que a Câmara neste período desenvolveu e consta deste relatório. Ao nível das obras, salienta a da rotunda para as Praias, a requalificação das escolas e o centro escolar da Gafanha de Aquém. -----

António Pinho: É natural que esta época seja mais de festa porque o tempo permite uma viragem para o turismo e que é importante. Por cá o início do ano letivo apresenta-se tranquilo, para isto seguramente contribuiu o facto de haver preparação todo o ano. O mais importante e que menos se discute no nosso país é a aprendizagem. As aecs que suprimem algumas lacunas, que deveriam ser preocupação do Ministério da Educação e não das autarquias, não é tanto isso, aquilo de que muito se fala. Fala-se sim do vidro que partiu, etc, são assuntos sem motivo de preocupação, hoje ou amanhã, alguém repõe. -----

Presidente da mesa, para respostas as questões colocadas pelos membros, dá a palavra ao: -----

Presidente da Câmara, para a 1ª intervenção : Dirige-se ao membro Pedro Martins, para dizer que não é verdade que a Câmara de Ílhavo perdeu para a CIRA a componente de visita do ECOMAR. O que se passa é que os técnicos face aos animais que têm em recuperação consideram que não é bom para estes as visitas. Embora, as nossas escolas já fizeram visitas. A descentralização virá e falaremos oportunamente e quando tivermos conhecimento do assunto. Sobre o loteamento lê o artigo 39º e não só o 36º. referido, afirmando que não há decisões ilegais. Sobre a ironia do saneamento para a Gafanha do Carmo, lembra que antes de ir para o terreno há um trabalho todo de gabinete a fazer. A euforia dos tostões que resultaram do IMT e da derrama, não se justifica, isto são situações conjunturais. O IMT resulta de mais vendas e a derrama de empresas com mais lucros, felizmente. O IMI, relativamente ao ano passado, está com uma cobrança de menos 5,6%. Pela responsabilidade que acarretam as esterilizações dos animais, no Canil, não se fazem. Temos um acordo com a Ordem dos Veterinários e assim decorre normalmente. Não nos candidatamos para esterilizações. -----

Presidente da mesa, abre inscrições para as 2as intervenções dos membros: -----

Luís Leitão: O sucesso do seu desempenho é o nosso sucesso. Queremos ser alternativa, para fazer ainda melhor. Quando não concordo com a decisão a minha crítica é sempre construtiva. Não há que ter medo das decisões, a descentralização vem e cá estaremos. As autarquias agem de forma mais ágil, mais económica e mais próxima e é nesse espírito que a descentralização vai ser benéfica. -----

Pedro Martins: O que o Sr. Presidente explicou sobre o loteamento não colhe a sua opinião. O artigo que menciona a forma de compensação é o artigo 36º., nº. 2, não há mais nenhum e este é o regulamento que temos aprovado. -----

Carla Madail: Não concorda por a Câmara não se ter candidatado às esterilizações dentro do canil. Acha também que seria útil haver um gatil. Pede atenção ao controlo das matilhas. -----

Hugo Coelho: Referindo-se à operação de loteamento diz que a obra a concurso público é o que for! Não sabemos se seria melhor ou não? -----

Presidente da mesa, para respostas aos membros, dá a palavra ao: -----

Presidente da Câmara, para a 2ª intervenção: Diz a Pedro Martins que não é advogado, tem um parecer que o ajuda a interpretar que não está a cometer qualquer ilegalidade. A Carla diz que não tem a convicção que todos possam estar de acordo e portanto paciência! O problema das matilhas é um problema de Portugal. -----

Presidente da mesa: Não havendo mais inscrições nesta análise de relatório passa a anunciar o, Ponto 2- Apreciação e votação da proposta da atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios de Ílhavo, cuja introdução pede ao Presidente da Câmara para esclarecer: -----

1ª. intervenção do Presidente da Câmara: Este documento surge por força da Lei, esteve a consulta pública e neste âmbito não foi recebida qualquer sugestão. Foi aprovado por unanimidade na Reunião da Comissão. O ICNF que tem parecer vinculativo e surge antes da audiência pública, (o que se não entende foi positivo). Apenas uma referência, a ocorrências até fim de agosto, foram 19, 11 agrícolas e 8 florestais com uma área ardida de 2,34 há. 1, 25, área agrícola e 1,09 de área florestal. Lamentáveis 11 alarmes falsos! -----

Presidente da mesa; abre inscrições para as habituais intervenções dos membros, nas 1ªs. Intervenções; -----

Pedro Rosa Novo: Declara que é uma área muito técnica um relatório extenso com muitos documentos em anexo e é um culminar de profícuo trabalho, bem construído. A sua preocupação reside no facto das diversas entidades com responsabilidades as venham a cumprir. Acresce que o Estado cria legislação no sentido de todos cumprirem mas o próprio, não o faz, tem grandes áreas florestadas o que é muito preocupante. -----

António Pinho: É um documento de natureza técnica, cumpre a legislação estamos de acordo. O necessário é que no terreno, tudo corra bem. -----

Luís Leitão: Felicita as limpezas feitas nas matas, embora muita coisa ainda esteja por fazer é um grande desafio. Cumprimenta a Câmara pela liderança e esforço. -----

Presidente da mesa, dá a palavra ao Presidente da Câmara para respostas. -----

Presidente da Câmara: Acha lamentável o que se passou para levar a obrigatoriedade de limpeza de matos, tiveram que morrer 120 pessoas, isso sim foi lamentável. O que se passa no país e que é quase geral é o abandono dos bens imóveis. Muitas vezes os proprietários por diversos motivos, mas quase sempre devido a idade retiram-se, os herdeiros já não vivem ou não querem e votam os bens ao abandono, o que é propício aos casos de incêndio. As pessoas estão agora assustadas e os residentes que vivem junto a terrenos que têm de ser regularmente limpos, dão-se conta do perigo e contactam diariamente a Câmara, que não pode substituir os proprietários. A Câmara mandou impar as faixas que lhe competem, os valores são agora inflacionados muito altos, as empresas da especialidade não têm mãos a medir e cobram aproveitando o momento. -----

Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador: Informa o Presidente que fez parte deste trabalho que elogia. Na senda da informação do Presidente da Câmara, considera haver agora um trabalho acrescido que é cadastrar o que ainda falta, a área rural, com despesa financeira para as Juntas de Freguesia. -----

Presidente da mesa: Terminadas as intervenções coloca a votação o ponto em análise que é: -----

APROVADO POR UNANIMIDADE E EM MINUTA PARA QUE PRODUZA EFEITOS IMEDIATOS.-----

Presidente da Mesa: Informa que esgotada a Ordem do Dia são os trabalhos desta Sessão encerrados, pelas 00h32, do dia 29 de setembro de 2018. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Fernanda Cravo, 1ª Secretária, redigi e vai ser assinada por mim e pelo Presidente da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia _____

A 1ª. Secretária _____

ESTA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 16/11/2018.